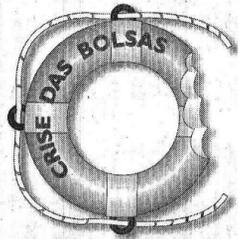


FERNANDO HENRIQUE PROMETE DEFENDER O REAL E OS TRABALHADORES DO EFEITOS DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

FHC - Discurso

APOSTA NA PRODUÇÃO



Estabilidade é condição para o crescimento, afirmou o presidente Fernando Henrique Cardoso para justificar seu objetivo de investir na produção e não apenas cortar gastos. O objetivo do presidente é criar um superministério para coordenar ações que incentivem a produtividade. "Temos também que prestar atenção aos setores que são grandes geradores de emprego." Fernando Henrique disse ainda que pretende proteger o real e os assalariados da crise financeira mundial e destacou que o maior peso das reformas cairá em cima do setor público. Eis os principais pontos do discurso:

CRISE MUNDIAL

Olhando o que se passa hoje em dia, percebem-se os esforços internacionais imensos que estão sendo feitos para evitar que haja uma crise mundial — repito apenas as palavras do presidente Clinton, com quem, aliás, há pouco mais de meia hora ou quarenta minutos, acabei de ter uma longa conversa, em que ele me felicitou pela minha vitória aqui eu externei a ele o sentimento de que o caminho é o caminho de uma reorganização do sistema mundial. É preciso que haja, efetivamente, solidariedade entre os países. Mas, olhando para tudo isso, vê-se que alguns países estão respondendo aos desafios da História de uma maneira competente. A China está lutando para manter seu nome e, ao manter seu rumo, permitir que haja uma continuidade dos fluxos de comércio e de desenvolvimento. O presidente dos Estados Unidos e os presidentes do G-7 (grupo dos sete países mais ricos do mundo), da mesma maneira, têm manifestado esse sentimento nessa direção.

(...) Houve uma mudança na situação do mundo. E as formas mais abundantes de financiamento pelos abalos sofridos, na Ásia, depois Rússia, como todo mundo está vendo, e que, hoje, afeta os países centrais também, levaram a haver uma restrição de créditos. Diante dessa situação, seria irresponsável o governante que não tomasse as decisões necessárias, para ajudar desejado por todos.

PRESERVAÇÃO DO REAL

Nós vamos preservar o Real. Nós vamos conservar a estabilidade e vamos fazer isso para que possamos ter o crescimento sustentado, estável, para gerar mais empregos e para continuar no caminho do social, que não se dissocia da nossa capacidade de mantermos uma confiança em nós próprios e despertar confiança nos investidores locais e internacionais.

REFORMAS

Vou me bater por elas e espero que o Congresso aprove as que ainda estão pendentes, como a reforma da Previdência, na sua última etapa. E, depois, faremos novas medidas, para aperfeiçoar a reforma previdenciária. Espero tam-

Wanderlei Pozzembom



Fernando Henrique, no primeiro discurso depois de eleito: criação de um ministério para apoiar a produção

bém que o Congresso aprove as leis complementares, a reforma administrativa sobretudo, para que os estados possam se ajustar. E que o Congresso possa aprovar a nova reforma tributária, porque o Brasil cansou de ter impostos em cascata e injustos, e que alguns não pagam — muitos, aliás, os que devem pagar — enquanto que outros pagam demasiado. É preciso corrigir esses desvios do nosso sistema tributário.

(...) Nós devemos, portanto, não apenas fazer isso, mas continuar avançando nas reformas do Estado. Vamos avançar de maneira determinante. Não se trata somente — e isso é necessário — de reduzir o tamanho do Estado, mas de tornar o Estado mais capaz de prestar serviços adequados à sociedade. (...) Esse ajuste tem que recair, principalmente, sobre a ineficiência da máquina, sobre excessos de pessoal — quando existirem —, sobre privilégios — que ainda existem e que não são aceitáveis em um país que tem as dificuldades que o Brasil tem — e não sobre o conjunto da sociedade.

FREIO NO DESEQUILÍBRIO

Nós precisamos, para isso, buscar introduzir no próprio Orçamento um princípio de equilíbrio fiscal, por intermédio de uma lei complementar de finanças públicas que tenha, assim como as bolsas têm o *circuit break*, uma espécie de freio que permita parar o desmando financeiro, quando começa a haver desequilíbrio. É essencial que se faça isso. Isso não vai beneficiar um presidente, um partido. Isso vai beneficiar o país, que tem que se libertar dessa permanente busca de crédito para a própria conta pública, para que ele possa ter, sim, crédito para a produção. É preciso se estabelecer um programa que, por dever de justiça, faça com que o peso do ajuste recaia sobre aqueles que são responsáveis também por essas deformações ainda existentes no nosso sistema.

AJUSTES

(...) Vamos tomar medidas eliminando brechas à sonegação, aumentando o número dos que pagam impostos e prestando atenção para que não recaia, mais uma vez,

sobre os assalariados, o peso do ajuste. O ajuste tem que recair, principalmente, sobre o próprio sistema público, na medida em que ele é que está gerando esse desequilíbrio, e sobre aqueles que não estão dedicados a atividades diretamente produtivas e que são responsáveis, muitas vezes, por brechas, ou melhor, pela utilização de brechas no sistema tributário. É possível fazer isso. E nós faremos isso, com transparência e com negociação. Por isso, estendi o desafio do ajuste quando falei no Itamaraty aos governadores e aos prefeitos. Porque eles são partes desse processo e a sua autonomia implica também responsabilidade.

NEGOCIAÇÕES COM O FMI

(...) Estamos dispostos a entrar em negociações com o G-7, com o Banco Mundial, com o Fundo Monetário Internacional, com o Banco Interamericano. E o ministro Pedro Malan, com quem também falei há pouco, tem autoridade, de minha parte, para conversar e começar a discutir, desde que nós possamos, efetivamente, por decisão nossa, fazer os ajustes necessários e desde que, naturalmente, possamos mostrar que somos um país que tem condições de crescimento. Nós achamos que podemos sair mais fortes dessa crise se levarmos adiante aquilo que é necessário. Pelas razões que mencionei: porque, aqui, não desperdiçamos os recursos em obras faraônicas. Nós não fizemos supervalorização de ativos. Nós saneamos o nosso sistema financeiro e temos uma indústria e um serviço e uma agricultura mais competitiva.

MINISTÉRIO DA PRODUÇÃO

Eu vou criar, oportunamente, um órgão, ou transformar um ministério, efetivamente, num órgão que coordene a produção nacional e que tenha condições para discutir as formas de financiamento necessárias para que o Brasil possa continuar investindo e crescendo. Nós não podemos, só porque há uma crise, deixar de ver que há problemas reais que nos dão oportunidades de avançar mais. E, no mesmo momento da crise, ao mesmo tempo, nós temos que estar sustentando programas de coordenação do nosso setor industrial, do

nosso setor de serviços, do nosso setor agrícola, para que eles possam seguir adiante em um processo não só de modernização, mas de continuidade de investimento.

MERCADO ABERTO

(...) Devo dizer também que embora o Brasil mantenha — e manterá — uma economia aberta e embora o Brasil acredite que é preciso ampliar os fluxos de comércio, nós acreditamos também que temos um mercado interno poderoso e que temos formas de financiamento interno amplas. E temos que nos preparar para uma estratégia de política econômica que faça com que o Brasil dependa menos de capitais externos e mais de financiamento interno, até porque os capitais externos vão escassear e nós temos que ter condições de manter a nossa atividade e de expandi-la. É por isso que estou pensando, fortemente, na necessidade de termos uma coordenação mais ativa do setor produtivo nacional.

BRETTON WOODS

Hoje, tenho recebido cartas — ou tenho lido declarações — dos principais líderes dos países industrializados no sentido de que nós vamos precisar criar um novo Bretton Woods. E, nessa matéria creio que os líderes mundiais estão suficientemente alertas e sabem que isso será necessário. Tenho, portanto, razões para repetir que uma parte da responsabilidade do que está ocorrendo hoje, no mundo, deriva da falta de iniciativas mais consistentes na formação de mecanismos que permitam lidar com esses fenômenos novos do mundo globalizado. A nossa situação hoje não é particular. É uma situação que realmente a despeito de uma outra observação de campanha não é local, é internacional. Temos diferenças aqui. Nós não temos uma economia que tenha que enfrentar um problema de superendividamento das suas empresas. As nossas empresas financeiras não estão em situação de fragilidade. Nós fizemos investimentos em infra-estrutura, nós fizemos investimentos — nós, eu digo não é o governo, o conjunto do país — na indústria na agricultura, nos serviços. A nossa economia, hoje, é mais eficiente, é mais competitiva.

Nehil Hamilton 9-7-98



ASSALARIADOS

O presidente ressaltou que o peso maior do ajuste fiscal não deve atingir os assalariados, recaindo principalmente sobre o setor público e segmentos que não estão ligados à produção. É uma forma de dizer que tentará evitar, por exemplo, o aumento do imposto de renda das pessoas físicas e empresas. O discurso sugere ainda que o setor financeiro pode ser atingido pelas medidas fiscais.

Acácio Pinheiro 2-7-98



FREIO NO DÉFICIT

É o que o governo pretende introduzir no orçamento buscando o equilíbrio fiscal. Pelo mecanismo, os gastos seriam cortados automaticamente sempre que as metas de superávit primário (receitas maiores do que as despesas antes do pagamento dos juros) ficassem ameaçadas. Esse sistema deve ser adotado por meio de uma nova lei de finanças públicas que será encaminhada ao Congresso.

Cláudio Laranjeira/Divulgação



MINISTÉRIO DA PRODUÇÃO

Será um superministério reunindo todos os setores do governo envolvidos com política industrial e comércio exterior. Terá como principais objetivos aumentar as exportações e os empregos no país. Deve absorver o Ministério da Indústria e Comércio, setores do BNDES e Banco do Brasil e todos os órgãos que tratam do comércio exterior. Administrará também a Zona Franca de Manaus.

Tim Sloan



NOVO BRETTON WOODS

Seria uma nova ordem internacional destinada a estabilizar a economia mundial, onde poderia ser adotado mecanismo de controle dos fluxos de dólares, para evitar crises como a atual, provocada pela excessiva movimentação do chamado capital especulativo. Em Bretton Woods (EUA) foi realizada a conferência das Nações Unidas, em junho de 1944, que reuniu 44 países para discutir uma saída econômica para o mundo após a segunda guerra mundial, criando o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.